



**ESTADO DA BAHIA
CÂMARA MUNICIPAL DE SIMÕES FILHO**

**RELATÓRIO DE ANÁLISE
PRESTAÇÃO DE CONTAS MENSAL
JUNHO/ 2020**

**PRESIDENTE: ORLANDO CARVALHO DE SOUZA
CONTROLADOR INTERNO: SOLANGE FERREIRA ROCHA**



ESTADO DA BAHIA
CÂMARA MUNICIPAL DE SIMÕES FILHO
CONTROLADORIA INTERNA

Ao Exmo.
Sr. Presidente da Câmara Municipal de Simões Filho
Nesta.

Prezado Senhor,

Em cumprimento ao quanto disposto nas Constituições Federal e do Estado da Bahia, pela Lei Complementar nº 101/2000, bem como em observância às atribuições indicadas na Resolução nº 1.120/05 do TCM/ BA, estamos encaminhando a Vossa Excelência, para conhecimento e avaliação, relatório circunstanciado do Controle Interno da Câmara Municipal de Simões Filho referente ao mês de **junho** de 2020.

Foram analisados os atos de repercussão contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial desta Casa de Leis, bem como os registros contábeis e as demonstrações contábeis.

O Controle Interno trabalha com a orientação e conscientização da necessidade de realizar os procedimentos dentro dos aspectos legais e visando à eficiência da gestão. São feitas recomendações internas, no sentido de atender a legislação, bem como às Instruções Normativas do TCM/BA. As responsabilidades sobre a execução dos controles inerentes aos atos e fatos administrativos estão diluídas ao longo de sua estrutura administrativa e são de competência de todas as suas diretorias e servidores.

Solange Ferreira Rocha
Controlador Interno da Câmara Municipal
ATO ADMINISTRATIVO Nº 001/2019



ESTADO DA BAHIA
CÂMARA MUNICIPAL DE SIMÕES FILHO
CONTROLADORIA INTERNA

SUMÁRIO

1. DA GESTÃO GOVERNAMENTAL

1.1. DOS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO

2. DO ORÇAMENTO

2.1. ORÇAMENTO

2.2. ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

2.2.1. Créditos Adicionais

2.2.2. Alterações QDD

3. DUODÉCIMO TRANSFERIDO

4. DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. ANÁLISE DOS BALANCETES CONTÁBEIS E CERTIDÃO DE REGULARIDADE PROFISSIONAL

5. DESPESA PÚBLICA

5.1. DESPESA EMPENHADA

5.2. DESPESA LIQUIDADADA

5.3. PAGAMENTO DA DESPESA

5.3.1. Processos de Pagamento

5.4. DESPESAS EXTRAORÇAMENTÁRIAS

5.5. CONTROLE DE CONCESSÃO DE DIÁRIAS

5.6. DESPESAS PAGAS COM PUBLICIDADE

6. RECEITA EXTRAORÇAMENTÁRIA

7. OBRIGAÇÕES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS

7.1. DO LIMITE DE GASTOS COM PESSOAL – ART.29-A, § 1º, DA CF/88

7.1.1. Gastos com Folha de Pagamento, inclusive com o Subsídio dos Vereadores

7.1.2. Subsídios de Vereadores

7.1.3. Décimo Terceiro

7.2. DO LIMITE DA DESPESA DO PODER LEGISLATIVO – ART.20, INCISO III DA LRF



ESTADO DA BAHIA
CÂMARA MUNICIPAL DE SIMÕES FILHO
CONTROLADORIA INTERNA

8. SISTEMA DE GESTÃO PESSOAL

- 8.1. REGISTROS FUNCIONAIS
- 8.2. SERVIDORES
- 8.3. DOS ATOS DE PESSOAL
- 8.4. DECLARAÇÕES E ENCARGOS PATRONAIS

9. DISPONIBILIDADE DE CAIXA

- 9.1. SALDOS BANCÁRIOS

10. BENS PATRIMONIAIS E ALMOXARIFADO

- 10.1. PATRIMÔNIO
- 10.2. ALMOXARIFADO

11. VEÍCULOS E CONTROLE DO CONSUMO DE COMBUSTÍVEL

12. LICITAÇÕES, DISPENSAS, INEXIGIBILIDADE, CONTRATOS E TERMOS

- 12.1. LICITAÇÕES
- 12.2. DISPENSAS
- 12.3. INEXIGIBILIDADE
- 12.4. CONTRATOS
- 12.5. TERMOS ADITIVOS
- 12.6. OBRAS PÚBLICAS, INCLUSIVE REFORMAS
- 12.7. DISTRATO

13. DOS RELATÓRIOS DA – LRF

- 13.1. PUBLICAÇÃO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL – RGF

14. PRESTAÇÃO DE CONTAS POR MEIO ELETRÔNICO (e-TCM)

- 14.1. SISTEMAS INTEGRADO DE GESTÃO E AUDITORIA - SIGA
- 14.2. DA DOCUMENTAÇÃO MENSAL, DA EXECUÇÃO MENSAL, ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

15. SISTEMAS DE CONTROLE

- 15.1. CONTAS DE CONSUMO
- 15.2. SISTEMAS DE GESTÃO ADMINISTRATIVA



ESTADO DA BAHIA
CÂMARA MUNICIPAL DE SIMÕES FILHO
CONTROLADORIA INTERNA

16. RELATORIO DE ATIVIDADES DO CONTROLE INTERNO

16.1. ANÁLISE DO SISTEMAS DE CONTROLE E INSPEÇÃO DE DOCUMENTOS

16.2. AÇÕES DO CONTROLE INTERNO

- 16.2.1. Inspeção de Documentos
- 16.2.2. Portal da Transparência
- 16.2.3. Contabilidade/Financeiro
- 16.2.4. Licitações e Compras Diretas
- 16.2.5. Contratos Administrativos
- 16.2.6. Almoxarifado e Patrimônio
- 16.2.7. Recursos Humanos

17. NOTIFICAÇÕES MENSAS DO TCM

18. SESSÕES DO LEGISLATIVO

19. CONCLUSÃO

20. PRONUNCIAMENTO DO EXMO. SR. PRESIDENTE DA CAMARA MUNICIPAL



1. DA GESTÃO GOVERNAMENTAL

1.1. DOS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO

Foram observadas as metas, objetivos e prioridades definidos no Plano Plurianual - **PPA** e Lei de Diretrizes Orçamentárias - **LDO**, na elaboração da Lei Orçamentária Anual – **LOA**, que traduz as expectativas técnicas de realização da receita fixada e da despesa autorizada para o exercício.

O Plano Plurianual - **PPA**, vigente para o quadriênio 2018/2021, aprovado pelo Legislativo e sancionado pelo Executivo através da Lei Municipal nº. 1.046, de 11 de dezembro de 2017, disponível no Diário Oficial da Prefeitura Municipal de Simões Filho.

2. DO ORÇAMENTO

2.1. ORÇAMENTO

O Orçamento anual da Câmara Municipal de Simões Filho, no valor de R\$ **18.315.200,00** (dezoito milhões trezentos e quinze mil e duzentos reais) foi aprovado pela **Lei Orçamentária Anual (LOA) nº 1.144**, de 12 de novembro de 2019.

O **Decreto nº 01**, de 06 de janeiro de 2020, dispõe das metas mensais/bimestrais do **Cronograma de Desembolso** para o exercício financeiro de 2020.

O **Decreto nº 02**, de 06 de janeiro de 2020, aprova os Quadros de Detalhamento de Despesa – **QDD** para o exercício financeiro de 2020 e dá outras providências, sendo retificado o seu anexo através do **Decreto de nº 03**, de 19 de março de 2020.

O Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia – TCM/BA, publicou em março/2020 o valor da Receita Corrente Líquida, fixando ao Legislativo, a título de duodécimo, para exercício financeiro de 2020, o valor de **R\$ 17.494.071,43** (dezessete milhões quatrocentos e noventa e quatro mil setenta e um reais e quarenta e três centavos).

O valor mensal para repasse é de **R\$1.457.839,29** (um milhão quatrocentos e cinquenta e sete mil oitocentos e trinta e nove reais e vinte e nove centavos)



ESTADO DA BAHIA
CÂMARA MUNICIPAL DE SIMÕES FILHO
CONTROLADORIA INTERNA

2.2. ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

2.2.1. Créditos Adicionais

Não houve crédito adicional no mês de junho.

2.2.2. Alterações no QDD

Não houve alteração de QDD.

3. DUODÉCIMO TRANSFERIDO

A Câmara Municipal de Simões Filho, recebeu o valor de **R\$ 1.457.839,29** (um milhão quatrocentos e cinquenta e sete mil oitocentos e trinta e nove reais e vinte e nove centavos) referente ao duodécimo do mês de **junho/2020**, conforme o estabelecido nos artigos 153 e 158 da Constituição Federal, Emenda Constitucional nº 25 e pelo Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia - TCM/BA, a título de Transferência do Poder Executivo.

O registro contábil da transferência foi tempestivo e adequado, ficando a tabela de repasse de duodécimo, como segue:

| Limite Máximo E.C. 25/00-6% | | Fixado pelo TCM/BA R\$ 17.494.071,43 | |
|-----------------------------|-------------------------|---|-------------------------------|
| MÊS | Valor devido | Valor repassado contabilizado – p/ Câmara | Diferença Contabilizada P/- + |
| JANEIRO | R\$ 1.457.839,29 | R\$1.358.432,97 | (R\$ 99.406,32) |
| FEVEREIRO | R\$ 1.457.839,29 | R\$1.358.432,97 | (R\$ 99.406,32) |
| MARÇO | R\$ 1.457.839,29 | R\$ 1.457.839,29 | 0,00 |
| ABRIL | R\$ 1.457.839,29 | R\$ 1.457.839,29 | 0,00 |
| MAIO | R\$1.457.839,29 | R\$1.507.542,45 | R\$ 49.703,16 |
| JUNHO | R\$1.457.839,29 | R\$1.507.542,45 | R\$ 49.703,16 |
| JULHO | | | |
| AGOSTO | | | |
| SETEMBRO | | | |
| OUTUBRO | | | |
| NOVEMBRO | | | |
| DEZEMBRO | | | |
| TOTAL | R\$ 8.747.035,74 | R\$ 8.647.629,42 | (R\$ 99.406,32) |



4. DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A despesa fixada para a unidade da Câmara Municipal no orçamento foi distribuída em duas categorias: despesas correntes e despesas de capital, subdivididas em três grupos de natureza: pessoal e encargos sociais, outras despesas correntes e investimentos. Em maio tivemos um ingresso de **R\$ 1.507.542,45** (um milhão quinhentos e sete mil quinhentos e quarenta e dois reais e quarenta e cinco centavos). As despesas liquidadas no mês apresentam um montante de **R\$ 1.329.875,51** (um milhão trezentos e vinte e nove mil oitocentos e setenta e cinco reais e cinquenta e um centavos), segundo classificação de natureza, o grupo de pessoal e encargos totalizou gastos no valor de **R\$1.163.364,54** (um milhão cento e sessenta e três mil e trezentos e sessenta e quatro reais e cinquenta e quatro centavos), ressaltamos que os encargos patronais referentes a competência do mês corrente de junho serão pagos no mês de julho. As outras despesas correntes totalizaram **R\$ 166.510,97** (cento e sessenta e seis mil quinhentos e dez reais e noventa e sete centavos) do valor do repasse.

As despesas do mês corrente podem ser demonstradas, sinteticamente da seguinte forma:

| DESCRIÇÃO | VALOR |
|---------------------------------------|----------------------|
| DUODÉCIMO | R\$1.507.542,50 |
| VALOR EMPENHADO | R\$15.262.671,54 |
| FOLHA DE PAGAMENTO | R\$947.790,95 |
| INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES | R\$5.401,46 |
| OUTRAS DESPESAS | R\$0,00 |
| LIQUIDADO | R\$1.329.875,51 |
| PAGO | R\$1.331.172,26 |
| RECEITA EXTRA ORÇAMENTÁRIA | R\$260.898,46 |
| DESPESA EXTRA ORÇAMENTÁRIA | R\$168.473,68 |
| RESTOS A PAGAR | - |
| DESPESA TOTAL EMPENHADA | R\$15.262.671,54 |
| SALDO ORÇ. A SER EXECUTADO | R\$3.052.528,46 |
| SALDO FINANCEIRO P/ JULHO 2020 | R\$765.123,80 |

Verificando o saldo em bancos para pagamento de todas as despesas, atestamos a **CAPACIDADE FINANCEIRA** do órgão recolher tais obrigações.



ESTADO DA BAHIA
CÂMARA MUNICIPAL DE SIMÕES FILHO
CONTROLADORIA INTERNA

4.1. ANÁLISE DOS BALANCETES CONTÁBEIS E CERTIDÃO DE REGULARIDADE PROFISSIONAL

Os Demonstrativos Contábeis foram assinados por Contabilista, sendo apresentada Certidão de Regularidade Profissional, em atendimento à Resolução nº 1.402/12, do Conselho Federal de Contabilidade.

5. DESPESA PÚBLICA

5.1. DESPESA EMPENHADA

Os empenhos registrados neste mês obedeceram aos critérios definidos no artigo 60 da Lei 4.320/64, e foram realizados conforme as modalidades de estimativas e globais conforme preconizado no artigo 61 da Lei 4.320/64.

A despesa empenhada até o mês foi de **R\$ 15.262.671,54** (quinze milhões duzentos e sessenta e dois mil seiscientos e setenta e um reais e cinquenta e quatro centavos) significando **87,24%** da despesa fixada pelo Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia – TCM/BA para o ano no valor de **R\$ 17.494.071,43** (dezesete milhões quatrocentos e noventa e quatro mil setenta e um reais e quarenta e três centavos).

| DESPESA EMPENHADA | NO MÊS | ATÉ O MÊS |
|-------------------|---------------|-------------------|
| | R\$ 97.359,21 | R\$ 15.262.671,54 |

5.2. DESPESA LIQUIDADADA

As despesas liquidadas no mês foram de **R\$ 1.329.875,51** (um milhão trezentos e vinte e nove mil oitocentos e setenta e cinco reais e cinquenta e um centavos) significando **7,6%** da despesa fixada para o ano.



ESTADO DA BAHIA
CÂMARA MUNICIPAL DE SIMÕES FILHO
CONTROLADORIA INTERNA

| DESPESAS LIQUIDADAS | |
|---|------------------------|
| Indenizações e Restituições | R\$5.401,46 |
| Equipamentos e material permanente | R\$0,00 |
| Vencimentos e Vantagens Fixas | R\$947.174,20 |
| Obrigações Patronais | R\$210.788,88 |
| Outras Despesas Variáveis | R\$616,75 |
| Diárias – Civil | R\$0,00 |
| Material de Consumo | R\$2.030,00 |
| Passagens e despesas com locomoção | R\$0,00 |
| Outras Despesas de pessoal | R\$11.578,41 |
| Serviços de Consultoria | R\$7.718,94 |
| Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica | R\$85.391,37 |
| Outros Serviços de Tecnologia da Informação | R\$9.543,00 |
| Auxílio Alimentação | R\$49.182,50 |
| Propaganda e Publicidade Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica | R\$450,00 |
| TOTAL | R\$1.329.875,51 |

As despesas liquidadas até o mês de **junho** apresentam um montante de **R\$ 7.941.582,96** (sete milhões novecentos e quarenta e um mil quinhentos e oitenta e dois reais e noventa e seis centavos) correspondendo ao percentual de **45,4%** do valor autorizado e atualizado pelo TCM/BA para o exercício de 2020 no valor de **R\$ 17.494.071,43** (dezessete milhões quatrocentos e noventa e quatro mil setenta e um reais e quarenta e três centavos), segundo classificação de natureza o grupo de pessoal e encargos totalizou gastos no valor de **R\$ 6.958.886,73** (seis milhões novecentos e cinquenta e oito mil oitocentos e oitenta e seis reais e setenta e três centavos), o que significa **87,63%** da despesa geral, enquanto as outras despesas correntes totalizaram **R\$ 982.696,23** (novecentos e oitenta e dois mil seiscentos e noventa e seis reais e vinte e três centavos), representando **12,37%** do valor das despesas. Considerou-se executada a despesa legalmente liquidada em atenção ao princípio contábil da competência.

| DESPESA LIQUIDADADA | NO MÊS | ATÉ O MÊS |
|----------------------------|------------------|------------------|
| | R\$ 1.329.875,51 | R\$ 7.941.582,96 |



5.3. PAGAMENTO DA DESPESA

As despesas pagas no mês de **junho** totalizam o valor de **R\$ 1.331.172,26** (um milhão trezentos e trinta e um mil cento e setenta e dois reais e vinte e seis centavos) e equivalem a **7,61%** da despesa fixada para o ano.

| | NO MÊS | ATÉ O MÊS |
|---------------------|------------------|------------------|
| DESPESA PAGA | R\$ 1.331.172,26 | R\$ 7.730.794,08 |

Avaliando o valor de Duodécimo transferido e as despesas pagas até o mês, constatamos que a Câmara Municipal de Simões Filho está tendo controle com as suas despesas, demonstrando um resultado satisfatório e positivo, como podemos visualizar na tabela abaixo que em relação ao acumulado no mês apresenta um resultado positivo de **10,6%** em relação a receita arrecadada no quadrimestre.

As despesas pagas até o mês de **junho** no valor de **R\$ 7.730.794,08** (sete milhões setecentos e trinta mil setecentos e noventa e quatro reais e oito centavos) equivalem a **44,19%** da despesa fixada para o ano no valor de **R\$ 17.494.071,43** (dezessete milhões quatrocentos e noventa e quatro mil e setenta e um reais e quarenta e três centavos).

| DESCRIÇÃO | TOTAL ATÉ JUNHO | % |
|--------------|------------------|--------------|
| RECEITA | R\$ 8.647.629,42 | |
| DESPESA PAGA | R\$ 7.730.794,08 | 89,4% |

5.3.1. Processos de Pagamento

No decorrer do mês em referência foram liquidados e pagos **57** (cinquenta e sete) processos: **33** (trinta e três) orçamentários e **24** (vinte e quatro) extra orçamentários.

| | ORÇAMENTÁRIOS | EXTRA | TOTAL |
|------------------------|---------------|-------|-------|
| PROCESSOS PAGOS | 33 | 24 | 57 |

5.4. DESPESAS EXTRAORÇAMENTÁRIAS

No mês de **junho** foi pago um total de **R\$ 370.406,71** (trezentos e setenta mil quatrocentos e seis mil e setenta e um centavos) de Despesas Extra orçamentárias, conforme valores discriminados no quadro abaixo.



ESTADO DA BAHIA
CÂMARA MUNICIPAL DE SIMÕES FILHO
CONTROLADORIA INTERNA

| DESPESAS EXTRAORÇAMENTÁRIAS | |
|------------------------------------|----------------------|
| DESCRIÇÃO | VALOR |
| ADIANTAMENTO 13º | R\$101.231,14 |
| SALÁRIO FAMÍLIA | R\$340,34 |
| SALÁRIO MATERNIDADE | R\$0,00 |
| CRÉDITOS A RECEBER | R\$0,00 |
| ISS PRESTADORES DE SERVIÇOS | R\$100,79 |
| INSS FUNCIONÁRIOS | R\$79.132,13 |
| INSS TERCEIROS | R\$0,00 |
| IRRF S/FOLHA | R\$70.973,99 |
| IRRF PRESTADORES DE SERVIÇOS | R\$289,46 |
| PENSÃO ALIMENTÍCIA JUDICIAL | R\$2.015,04 |
| ODONTO EMPRESAS | R\$916,98 |
| GOLDEN CROSS | R\$19.183,72 |
| PLANO ODONT FAUCHARD | R\$1.427,95 |
| EMPRÉSTIMO CONSIGNADO CEF | R\$5.783,96 |
| EMPRESTIMO CONSIGNADO BRADESCO | R\$85.617,09 |
| GREEN CARD | R\$515,00 |
| REDE MED | R\$1.887,94 |
| DEVOLUÇÃO RENDIMENTO | R\$991,18 |
| TOTAL EXTRA ORÇAMENTÁRIA | R\$370.406,71 |

5.5. CONTROLE DE CONCESSÃO DE DIÁRIAS

Existe um amparo legal para tal pagamento conforme determina Lei Municipal nº. 616/2001, de 24 de maio de 2001. Conforme determina o art. 4º, §2º, Inciso IV, alínea, a contida na Resolução nº. 1060/05 do TCM-BA. Até o mês não foram concedidas diárias no Legislativo Municipal.

| PRESIDENTE | VEREADORES | SERVIDORES | ACUMULADO ATÉ O MÊS |
|-------------------|-------------------|-------------------|----------------------------|
| R\$ 0,00 | R\$ 0,00 | R\$ 0,00 | R\$ 0,00 |

5.6. DESPESAS PAGAS COM PUBLICIDADE

A despesa realizada no mês de **junho** no valor de **R\$ 450,00** (quatrocentos e cinquenta reais) com publicidade, refere-se a parcela mensal do contrato de prestação de serviços de licenciamento de uso de software de imprensa oficial eletrônico (Diário Oficial).



6. RECEITAS EXTRAORÇAMENTÁRIAS

Neste mês o valor de Receita Extra Orçamentária foi de **R\$ R\$ 260.898,46** (duzentos e sessenta mil oitocentos e noventa e oito reais e quarenta e seis centavos) incluindo o rendimento de aplicação financeira no valor de **R\$ 299,97** (duzentos e noventa e nove reais e noventa e sete centavos) que deverá ser repassado para o Executivo. As retenções obrigatórias em pagamentos efetuados a fornecedores e/ou servidores estão sendo realizadas de forma tempestiva e transferidas ao Executivo e/ou aos diversos credores: INSS, IRRF, ISS, Pensão Alimentícia Judicial, Planos de Saúde (Golden Cross, Odonto S.A e Odonto Fauchard), Rede MED, Consignações e outros.

| RECEITAS EXTRAORÇAMENTÁRIAS | |
|------------------------------------|-----------------------|
| DESCRIÇÃO | VALOR |
| 13º ADIANTAMENTO | R\$ 700,00 |
| SALÁRIO FAMÍLIA | R\$ 388,96 |
| INSS FUNCIONÁRIOS | R\$ 79.861,46 |
| INSS TERCEIROS | R\$ 0,00 |
| IRRF S/FOLHA | R\$ 72.615,57 |
| IRRF PRESTADORES DE SERVIÇOS | R\$ 289,46 |
| ISS PRESTADORES DE SERVIÇOS | R\$ 162,07 |
| PENSÃO ALIMENTÍCIA JUDICIAL | R\$ 2.015,04 |
| ODONTO EMPRESAS | R\$ 916,98 |
| GOLDEN CROSS | R\$ 9.591,86 |
| PLANO ODONT FAUCHARD | R\$ 1.427,95 |
| EMPRÉSTIMO CONSIGNADO CEF | R\$ 5.783,96 |
| EMPRESTIMO CONSIGNADO BRADESCO | R\$ 85.617,09 |
| GREEN CARD | R\$ 515,00 |
| REDE MED | R\$ 713,09 |
| RENDIMENTO APLICAÇÃO | R\$ 299,97 |
| TOTAL EXTRA ORÇAMENTÁRIA | R\$ 260.898,46 |



7. OBRIGAÇÕES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS

7.1. DO LIMITE DE GASTOS COM PESSOAL – ART.29-A, § 1º, DA CF/88

A emenda Constitucional nº 25, de 14/02/2000 acrescentou à Constituição Federal de 1988, o art. 29-A, §1º, determina que a Câmara Municipal não gastará mais de **70%** de sua receita com folha de pagamento, incluído o gasto com o subsídio de seus Vereadores.

A despesa com folha de pagamento, incluindo subsídios dos vereadores alcançaram o limite de **63,19%** sobre o valor repassado, para tal levantamos o valor total gasto sobre folha de pagamento bruta realizada, incluindo **licença prêmio, férias, e verbas rescisórias** sem levar em consideração os gastos patronais. Assim temos os cálculos, a seguir:

| EMENDA 25 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DOS ÍNDICES LEGAIS (ART.29-A, § 1º, DA CF/88.) | % | R\$ |
|---|---------------|-----------------|
| REPASSE DO DUODÉCIMO DO MÊS DE JUNHO/2020 | | R\$1.507.542,45 |
| LIMITE DE GASTO COM PESSOAL COM BASE NO DUODÉCIMO | 70% | R\$1.055.279,72 |
| GASTO REAL COM PESSOAL DO LEGISLATIVO NO MÊS DE JUNHO/2020 | 63,19% | R\$952.575,66 |

7.1.1. Gastos com Folha de Pagamento, inclusive com o Subsídio dos Vereadores

Considerando-se o valor total do Duodécimo atualizado e informado pelo TCM para o Exercício de 2020, podemos verificar que realizamos com folha de pagamento o percentual de **66,07%** do Duodécimo recebido até a competência **junho/2020**.

Cabe observar que nestes cálculos incluímos os gastos com Rescisões.

O adiantamento do 13º salário realizado na competência de maio será legalmente empenhado, liquidado e deduzido no mês de dezembro.



ESTADO DA BAHIA
CÂMARA MUNICIPAL DE SIMÕES FILHO
CONTROLADORIA INTERNA

| RECEITA | DUODÉCIMO RECEBIDO | FOLHA DE PAGAMENTO | % |
|--------------|------------------------|------------------------|---------------|
| JANEIRO | R\$1.358.432,97 | R\$956.960,19 | 70,45% |
| FEVEREIRO | R\$1.358.432,97 | R\$948.082,79 | 69,79% |
| MARÇO | R\$ 1.457.839,29 | R\$958.259,53 | 65,73% |
| ABRIL | R\$ 1.457.839,29 | R\$962.240,66 | 66% |
| MAIO | R\$1.507.542,45 | R\$939.797,37 | 62,34% |
| JUNHO | R\$1.507.542,45 | R\$947.790,95 | 62,87% |
| JULHO | | | |
| AGOSTO | | | |
| SETEMBRO | | | |
| OUTUBRO | | | |
| NOVEMBRO | | | |
| DEZEMBRO | | | |
| TOTAL | R\$8.647.629,42 | R\$5.713.131,49 | 66,07% |

7.1.2. Subsídios de Vereadores

O Inciso VII do Art. 29 da Constituição da República Federativa do Brasil estabelece que o total da despesa com remuneração de Vereadores não poderá ultrapassar o montante de **5%** (cinco por cento) da receita do Município, tomando por base o Demonstrativo da Receita Corrente Líquida fornecido pelo Executivo no mês de **junho** o valor da despesa foi equivalente a **0,84%** da RCL, conforme quadro demonstrativo abaixo.

A remuneração mensal e individual de cada vereador em **junho/2020** foi de **R\$ 12.661,00** (doze mil seiscentos e sessenta e um reais), conforme Lei nº 1000/2016 que fixa os subsídios dos Vereadores do Município de Simões Filho para Legislatura 2017/2020 e dá outras providências.

No mês em análise a despesa com remuneração de vereadores foi equivalente a **R\$ 240.559,00** (duzentos e quarenta mil quinhentos e cinquenta e nove reais). Assim, a Câmara Municipal de Simões Filho respeitou o Limite estabelecido pela Constituição Federal.



ESTADO DA BAHIA
CÂMARA MUNICIPAL DE SIMÕES FILHO
CONTROLADORIA INTERNA

Número de Vereadores: 19 (dezenove).

| COMPETÊNCIA | RECEITA | SUBSÍDIOS VEREADORES | % |
|--------------|--------------------------|------------------------|--------------|
| JANEIRO | R\$ 25.147.881,87 | R\$ 240.559,00 | 0,96% |
| FEVEREIRO | R\$ 30.679.407,37 | R\$ 240.559,00 | 0,78% |
| MARÇO | R\$ 32.139.303,87 | R\$ 240.559,00 | 0,75% |
| ABRIL | R\$ 26.520.898,17 | R\$ 240.559,00 | 0,91% |
| MAIO | R\$ 23.045.510,98 | R\$ 240.559,00 | 1,04% |
| JUNHO | R\$ 28.749.492,80 | R\$ 240.559,00 | 0,84% |
| JULHO | | | |
| AGOSTO | | | |
| SETEMBRO | | | |
| OUTUBRO | | | |
| NOVEMBRO | | | |
| DEZEMBRO | | | |
| TOTAL | R\$166.282.495,06 | R\$1.443.354,00 | 0,87% |

Relação de Vereadores

| VEREADOR | CPF | VENCIMENTO MÊS | 13º SALÁRIO | ACUMULADO |
|--------------------------------|----------------|-----------------------|-----------------------|-------------------------|
| Adailton Santos de Andrade | 824.951.305-34 | R\$ 12.661,00 | R\$ 6.330,50 | R\$ 82.296,50 |
| Alfredo Assis de Santana Neto | 143.300.245-00 | R\$ 12.661,00 | R\$ 6.330,50 | R\$ 82.296,50 |
| Cleiton Aparecido dos S. Alves | 798.549.745-53 | R\$ 12.661,00 | R\$ 6.330,50 | R\$ 82.296,50 |
| Denilson das Neves Santos | 132.834.135-68 | R\$ 12.661,00 | R\$ 6.330,50 | R\$ 82.296,50 |
| Devaldo Soares de Souza | 886.624.705-72 | R\$ 12.661,00 | R\$ 6.330,50 | R\$ 82.296,50 |
| Elimário Santos Silva | 288.229.275-91 | R\$ 12.661,00 | R\$ 6.330,50 | R\$ 82.296,50 |
| Erivaldo Canjirana dos Santos | 422.770.785-49 | R\$ 12.661,00 | R\$ 6.330,50 | R\$ 82.296,50 |
| Erivaldo Costa dos Santos | 400.149.405-15 | R\$ 12.661,00 | R\$ 6.330,50 | R\$ 82.296,50 |
| Everaldo da Silva | 013.801.935-59 | R\$ 12.661,00 | R\$ 6.330,50 | R\$ 82.296,50 |
| Everton Garcia Lima | 497.988.205-68 | R\$ 12.661,00 | R\$ 6.330,50 | R\$ 82.296,50 |
| Genivaldo Ferreira Lima | 530.562.055-49 | R\$ 12.661,00 | R\$ 6.330,50 | R\$ 82.296,50 |
| Jailson Soares Bispo | 562.508.865-91 | R\$ 12.661,00 | R\$ 6.330,50 | R\$ 82.296,50 |
| José Arnaldo dos Santos Simões | 129.886.852-15 | R\$ 12.661,00 | R\$ 6.330,50 | R\$ 82.296,50 |
| Luciano da Silva Almeida | 647.546.185-72 | R\$ 12.661,00 | R\$ 6.330,50 | R\$ 82.296,50 |
| Manoel Almeida de Jesus | 148.346.694-91 | R\$ 12.661,00 | R\$ 6.330,50 | R\$ 82.296,50 |
| Manoel de Santana Conceição | 505.214.895-04 | R\$ 12.661,00 | R\$ 6.330,50 | R\$ 82.296,50 |
| Orlando Carvalho de Souza | 386.439.795-20 | R\$ 12.661,00 | R\$ 6.330,50 | R\$ 82.296,50 |
| Paulo Laécio de O.Valentim | 488.219.005-25 | R\$ 12.661,00 | R\$ 6.330,50 | R\$ 82.296,50 |
| Sandro Moreira Gonçalves | 645.334.925-68 | R\$ 12.661,00 | R\$ 6.330,50 | R\$ 82.296,50 |
| | | R\$ 240.559,00 | R\$ 120.279,50 | R\$ 1.563.633,50 |



ESTADO DA BAHIA
CÂMARA MUNICIPAL DE SIMÕES FILHO
CONTROLADORIA INTERNA

7.1.3. Décimo Terceiro

O poder legislativo efetuou adiantamento do décimo terceiro salário para servidores e vereadores.

A **Lei Municipal nº 1.062** de 09 abril de 2018 dispõe sobre o direito à percepção de remuneração referente ao décimo terceiro salário para os ocupantes de cargo de Vereador do Município de Simões Filho.

O adiantamento do 13º salário realizado será legalmente empenhado, liquidado e deduzido no mês de dezembro.

| DÉCIMO TERCEIRO | | | |
|--------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|
| MÊS | VEREADORES | SERVIDORES | VALOR TOTAL |
| JAN | R\$ 0,00 | R\$ 0,00 | R\$ 0,00 |
| FEV | R\$ 0,00 | R\$ 0,00 | R\$ 0,00 |
| MAR | R\$ 0,00 | R\$ 0,00 | R\$ 0,00 |
| ABR | R\$ 82.296,50 | R\$ 51.514,17 | R\$ 133.810,67 |
| MAI | R\$ 18.991,50 | R\$ 51.266,42 | R\$ 70.257,92 |
| JUN | R\$ 18.991,50 | R\$ 82.239,64 | R\$ 101.231,14 |
| JUL | | | |
| AGO | | | |
| SET | | | |
| OUT | | | |
| NOV | | | |
| DEZ | | | |
| VALOR TOTAL | R\$ 120.279,50 | R\$ 185.020,23 | R\$ 305.299,73 |

7.2. DO LIMITE DA DESPESA DO PODER LEGISLATIVO – ART.20, INCISO III DA LRF)

A LRF – Lei de Responsabilidade Fiscal (LC nº 101/2000) estabelece limites para as despesas com pessoal nos órgãos públicos, onde a do Poder Legislativo de Simões Filho fica condicionado ao limite de gastos de até **6%** (seis por cento) da Receita Corrente Líquida do Município - RCL.

A despesa total com pessoal do Poder Legislativo atingiu um percentual de **4,10%** da RCL, cumprindo-se o disposto no art. 20 da Lei Complementar nº 101/2000, porém, ressaltamos que no mês incluímos para fins do cálculo outras despesas de pessoal.



ESTADO DA BAHIA
CÂMARA MUNICIPAL DE SIMÕES FILHO
CONTROLADORIA INTERNA

| DO LIMITE DA DESPESA DO PODER LEGISLATIVO – ART.20, INCISO III DA LRF) | % | R\$ |
|---|--------------|------------------------|
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA DO MUNICÍPIO MÊS DE JUNHO/ 2020 | | R\$28.749.492,80 |
| LIMITE DE GASTO COM PESSOAL DO LEGISLATIVO COM BASE NA RECEITA CORRENTE LIQUIDA | 6,00% | R\$1.724.969,57 |
| LIMITE PRUDENCIAL COM BASE NA RCL | 5,70% | R\$1.638.721,09 |
| GASTO REAL COM PESSOAL DO LEGISLATIVO NO MÊS DE JUNHO/2020 | 4,10% | R\$1.177.877,18 |

8. SISTEMA DE GESTÃO DE PESSOAL

8.1. REGISTROS FUNCIONAIS

Os registros funcionais e financeiros individuais dos servidores da Câmara estão contidos no sistema informatizado de folha de pagamento, em funcionamento no setor pessoal, onde são mantidos os dados pessoais e históricos de suas remunerações.

A frequência de servidores é controlada através de relógio de ponto com sistema de biometria e os servidores comissionados estão dispensados de registrar a frequência.

No mês não foi constatado nenhum tipo de desvio de função em setores da Câmara, não constatamos acumulação de um ou mais cargos que são vedados nos termos do Art. 37 da CRFB. Não constatamos abertura de processo administrativo disciplinar no mês em análise.

A **Lei 966/2015** estabelece o Plano de Carreira, Cargos, Vencimentos e Remuneração dos Servidores Efetivos e a **Lei 1.005/16** estabelece a Estrutura Organizacional do órgão.

Consta na Folha de Pagamento de **junho/2020**:

| Nº SERVIDORES COMISSÃO E CARGOS | Nº SERVIDORES EFETIVOS | Nº EDIS |
|---------------------------------|------------------------|---------|
| 209 | 31 | 19 |

8.2. SERVIDORES

- i. No caso dos cargos em comissão, o instrumento para nomeação é a Lei nº 1.005/2016, que também dispõe sobre a estrutura organizacional da Câmara, e revogou todas as anteriores.
- ii. Câmara tem 01(uma) servidora de licença sem vencimento.

Praça da Bíblia, s/n, Centro, Simões Filho - Bahia - CEP.: 43.700-00

Telefone: (71) 2108-7200

Site: www.camarasimoesfilho.ba.gov.br /e-mail: controladoria@camarasimoesfilho.ba.gov.br



ESTADO DA BAHIA
CÂMARA MUNICIPAL DE SIMÕES FILHO
CONTROLADORIA INTERNA

8.3. DOS ATOS DE PESSOAL

Os atos de pessoal referentes a nomeações, exonerações, férias, promoções, licenças e designações são publicados no Diário Oficial da Câmara.

Os atos de pessoal referentes a nomeações e exonerações são também publicados no Sistema SIGA na competência.

8.4. DECLARAÇÕES E ENCARGOS PATRONAIS

Observa-se o cumprimento por parte do órgão no tocante ao envio das seguintes declarações: DIRF, RAIS e SEFIP. Os encargos patronais do mês de **junho** foram liquidados, porém, serão pagos no mês subseqüente.

9. DISPONIBILIDADE DE CAIXA

| DEMONSTRATIVO DE DISPONIBILIDADE DE CAIXA | | |
|---|----------|--------------|
| Conforme Inciso I, Art. 50 da Lei Complementar 101/00 | | |
| Mês de Referência | junho/20 | |
| 01 - Saldo Inicial (I) | R\$ | 698.261,86 |
| 02 - Contas Livres (II) | R\$ | 176.370,19 |
| a) Recebimentos | R\$ | 1.507.542,45 |
| b) Pagamentos | R\$ | 1.331.172,26 |
| Saldo Final (III) | R\$ | 874.632,05 |
| 03 - Consignações (IV) | R\$ | -109.508,25 |
| a) Retenções | R\$ | 260.598,49 |
| b) Restos a Pagar pagos | R\$ | 0,00 |
| c) Aplicação | R\$ | 299,97 |
| d) Pagamento Extra | R\$ | -370.406,71 |
| e) Restos a Pagar não processados | R\$ | 0,00 |
| f) Devolução do duodécimo do exercício de 2019 | | 0,00 |
| g) Cancelamento do Saldo Restos a pagar | R\$ | 0 |
| 04 - Disponibilidade Financeira (V) = III + IV | R\$ | 765.123,80 |

Verificamos que o mês de **junho** iniciou com um saldo de **R\$ 698.261,86** (seiscentos e noventa e oito mil duzentos e sessenta e um reais e oitenta e seis centavos) e tivemos um ingresso de **R\$ 1.507.542,50** (um milhão quinhentos e sete mil quinhentos e quarenta e dois reais e cinquenta centavos), referente ao duodécimo.

Praça da Bíblia, s/n, Centro, Simões Filho - Bahia - CEP.: 43.700-00

Telefone: (71) 2108-7200

Site: www.camarasimoesfilho.ba.gov.br /e-mail: controladoria@camarasimoesfilho.ba.gov.br



ESTADO DA BAHIA
CÂMARA MUNICIPAL DE SIMÕES FILHO
CONTROLADORIA INTERNA

9.1. SALDOS BANCÁRIOS

O saldo bancário nas contas bancárias nas Agências do Bradesco e da Caixa Econômica Federal no dia 30 de junho de 2020 era de **R\$ 765.123,80** (setecentos e sessenta e cinco mil cento e vinte e três reais e oitenta centavos), e foi registrada aplicação financeira no valor de **R\$ 299,97** (duzentos e noventa e nove reais e noventa e sete centavos).

10. BENS PATRIMONIAIS E ALMOXARIFADO

10.1. PATRIMÔNIO

No mês em análise não houve aquisição de bens. Não houve baixa de bens.

| ATIVO IMOBILIZADO | NO MÊS | ATÉ O MÊS |
|-------------------|----------|-----------|
| | R\$ 0,00 | R\$ 0,00 |

10.2. ALMOXARIFADO

A posição do estoque do almoxarifado no final do mês de **junho** foi de **R\$ 3812,70** (três mil oitocentos e doze reais e setenta centavos), composto da seguinte forma:

| GÊNEROS ALIMENTÍCIOS | MATERIAL DE EXPEDIENTE | MATERIAL DE CONSUMO | VALOR TOTAL |
|----------------------|------------------------|---------------------|--------------|
| R\$ 774,58 | R\$ 1.471,30 | R\$ 1.566,82 | R\$ 3.812,70 |

11. VEÍCULOS E CONTROLE DO CONSUMO DE COMBUSTÍVEL

O poder legislativo utiliza a locação de **20** (vinte) veículos para atender as demandas da Câmara. A relação dos veículos é informada no Sistema SIGA mensalmente, conforme contratos de locação e abastecimento, sendo o abastecimento realizado por meio de cartão magnético.

Os relatórios com detalhamento das despesas com locação e abastecimento estão anexos aos processos de pagamento.



ESTADO DA BAHIA
CÂMARA MUNICIPAL DE SIMÕES FILHO
CONTROLADORIA INTERNA

RELAÇÃO VEÍCULOS – JUNHO/2020

| | MARCA | MODELO | RENAVAM | CHASSI | PLACA | VEREADOR |
|----|---------|---------------------|------------|-------------------|---------|-----------------|
| 1 | FIAT | MOBI LIKE ON | 1089701001 | 9BD341A8NHB418325 | PJY4659 | MANOEL ALMEIDA |
| 2 | TOYOTA | ETIOS HB X 13L AT | 1127378446 | 9BRK19BT5J2099656 | PKP1780 | ALFREDO ASSIS |
| 3 | RENAULT | SANDEIRO AUTH 1.0 | 1118241000 | 93Y5SRF84JJ864183 | PKL5430 | ORLANDO SOUZA |
| 4 | VW | NOVO GOL TL MBV | 1151967979 | 9BWAB45U0JT153789 | QOH2A57 | ADAILTON |
| 5 | VW | GOL | 1164736210 | 9BWAB45U9KT039579 | QPC1A89 | ELIMÁRIO |
| 6 | RENAULT | SANDEIRO AUTH 1.0 | 1118240259 | 93Y5SRF84JJ864297 | PKL8178 | EVERALDO |
| 7 | FIAT | UNO ATTRACTIVE 1.0 | 1185566802 | 9BD195A4ZK0859413 | PLO0J87 | LUCIANO |
| 8 | RENAULT | SANDEIRO AUTH 1.0 | 1118455956 | 93Y5SRF84JJ864181 | PKL9382 | JOSÉ ARNOLDO |
| 9 | RENAULT | LOGAN AUTH 1.0 | 1145538263 | 93Y4SRF84JJ287072 | PKX2523 | DEVALDO |
| 10 | RENAULT | LOGAN AUTH 1.0 | 1145227160 | 93Y4SRF84JJ286853 | PKX3977 | CLEITON |
| 11 | FIAT | ARGO 1.0 | 1162780514 | 9BD358A1NKYJ01672 | PLE9107 | EDSON (ADM) |
| 12 | RENAULT | SANDEIRO AUTH 1.0 | 1118239994 | 93Y5SRF84JJ864291 | PKL3985 | ERIVALDO CANJIR |
| 13 | FIAT | UNO ATTRACTIVE 1.0E | 1099803664 | 9BD195A4NH0775550 | PYN1263 | ERIVALDO COSTA |
| 14 | RENAULT | LOGAN AUTH 1.0 | 1145227179 | 93Y4SRF84JJ286962 | PKX4279 | MANOEL CONC. |
| 15 | FORD | FORD KA | 1171134654 | 9BFZH55L0K8253555 | QPN4F04 | PAULO LAÉRCIO |
| 16 | FIAT | ARGO DRIVE 1.0 | 1169308888 | 9BD358A4NKYJ25049 | QPK1A27 | SANDRO |
| 17 | HYUNDAI | HB20 1.6M COMF | 1161484857 | 9BHBG51DAJP901380 | PLE0983 | JAILSON |
| 18 | VW | VOYAGE 1.6 L MB5 | 1208142949 | 9BWDB45U7LT002819 | PLX2G00 | DENILSON |
| 19 | RENAULT | SANDEIRO EXPR 1.0 | 1150602276 | 93Y5SRF84KJ360709 | QOF1D39 | GENIVALDO |
| 20 | FIAT | ARGO DRIVE 1.0 | 1173701726 | 9BD358A4NKYJ33829 | QPS2G69 | EVERTON |

12. LICITAÇÕES, DISPENSAS, INEXIGIBILIDADE, CONTRATOS E TERMOS ADITIVOS

A Comissão de Licitação para o período de 2020 foi instituída por meio da Portaria nº 001 de 6 de janeiro de 2020 e o Pregoeiro e Equipe de Apoio foram designados pela Portaria nº 025 de 31 de janeiro de 2020. No mês de **junho** a Controladoria analisou os seguintes processos administrativos:

12.1. LICITAÇÕES

No mês em exame não foram homologados Licitações.

| LICITAÇÕES HOMOLOGADAS | COMPETÊNCIA – JUNHO |
|------------------------|---------------------|
| | 0 |



ESTADO DA BAHIA
CÂMARA MUNICIPAL DE SIMÕES FILHO
CONTROLADORIA INTERNA

12.2. DISPENSAS

No mês em exame houve registro de 02 (duas) Dispensas de Licitação:

| | |
|------------------|----------------------------|
| DISPENSAS | COMPETÊNCIA – JUNHO |
| | 02 |

12.3. INEXIGIBILIDADES

No mês em exame não houve registro de Inexigibilidade de Licitação.

| | |
|-------------------------|----------------------------|
| INEXIGIBILIDADES | COMPETÊNCIA – JUNHO |
| | 0 |

12.4. CONTRATOS

No mês em exame foram celebrados 02 (dois) contratos administrativos.

| | |
|------------------|----------------------------|
| CONTRATOS | COMPETÊNCIA – JUNHO |
| | 02 |

12.5. TERMOS ADITIVOS

No mês em exame foi celebrado 03 (três) Termo Aditivo.

| | |
|------------------------|----------------------------|
| TERMOS ADITIVOS | COMPETÊNCIA – JUNHO |
| | 03 |

12.6. OBRAS PÚBLICAS, INCLUSIVE REFORMAS

Foi verificado que (não houve), aquisição de Obras e instalações e/ou reformas no mês em análise.

| | |
|---|----------------------------|
| DAS OBRAS PÚBLICAS, INCLUSIVE REFORMAS | COMPETÊNCIA – JUNHO |
| | 0 |

12.7. DISTRATO

No mês em exame não houve distrato.

| | |
|-----------------|----------------------------|
| DISTRATO | COMPETÊNCIA – JUNHO |
| | 0 |



13. DOS RELATÓRIOS EXIGIDOS PELA LRF

13.1. PUBLICAÇÃO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL – RGF

O comprovante de publicação dos Demonstrativos do Relatórios de Gestão Fiscal (RGF) foram anexados aos documentos que compõem a Prestação de Contas desta Casa Legislativa, cumprindo, assim, o disposto no art. 7º da Resolução TCM n.º 1065/05 e o quanto estabelecido no § 2º, do art. 55 da Lei Complementar nº 101/00.

Foram publicados de forma tempestiva no Portal da Transparência os Relatórios de Gestão Fiscal, referentes ao **3º quadrimestre** do exercício de 2019 e **1º quadrimestre** do exercício de 2020, nos termos da LRF – Lei de Responsabilidade Fiscal (LC nº 101/2000), conforme evidenciamos na tabela abaixo.

<http://portaldatransparencia.com.br/camara/simoesfilho/>

| DESCRIÇÃO | DATA DA PUBLICAÇÃO | EDIÇÃO |
|--|--------------------|--------|
| Relatório de Gestão Fiscal - 3º quadrimestre de 2019 | 30/01/2020 | 1.141 |
| Relatório de Gestão Fiscal - 1º quadrimestre de 2020 | 28/05/2020 | 1.202 |

14. PRESTAÇÃO DE CONTAS POR MEIO ELETRÔNICO (e-TCM)

14.1. SISTEMAS INTEGRADO DE GESTÃO E AUDITORIA - SIGA

Conforme orienta a Resolução de nº 1282/09, a Câmara enviou tempestivamente a remessa de dados e informações do mês através do SIGA.

As informações de alimentação do SIGA envolve todas as áreas da administração, contemplando vários registros, tais como: informações orçamentárias, contábeis, financeiro, patrimonial, recursos humanos, jurídicas, controle de frota, controle de consumo de combustíveis e etc., inclusive servindo de banco de dados de informações tanto para a Câmara Municipal, como para o Tribunal de Contas dos Municípios.

14.2. DA DOCUMENTAÇÃO MENSAL, DA EXECUÇÃO MENSAL, ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

Conforme preconizado na Resolução nº 1.060, de 26 de abril de 2005 e atualizações do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia, encaminhamos **49** (quarenta e nove) processos de pagamento para este Tribunal, sendo: **33** (trinta e três) orçamentários e **24** (vinte e quatro) extra orçamentários.

Previamente analisados pela Controladoria Interna.



ESTADO DA BAHIA
CÂMARA MUNICIPAL DE SIMÕES FILHO
CONTROLADORIA INTERNA

| PROCESSOS ENVIADOS AO TCM | PROCESSOS ANALISADOS PELA CI |
|---------------------------|------------------------------|
| 57 | 57 |

15. SISTEMAS DE CONTROLE

15.1. CONTAS DE CONSUMO

I. ÁGUA

A Câmara realiza acompanhamento diário da leitura do hidrômetro, para conferência da leitura/fatura e faz inspeção nas instalações diariamente para verificar a existência de vazamentos.

| ÁGUA | | | |
|-----------|--------------|----------|-------|
| MÊS | VALOR | MÊS | VALOR |
| JANEIRO | R\$ 1.447,54 | JULHO | |
| FEVEREIRO | R\$ 1.344,78 | AGOSTO | |
| MARÇO | R\$ 5.146,79 | SETEMBRO | |
| ABRIL | R\$ 556,93 | OUTUBRO | |
| MAIO | R\$488,43 | NOVEMBRO | |
| JUNHO | R\$419,92 | DEZEMBRO | |

II. ENERGIA ELÉTRICA

Com o objetivo de redução do consumo de energia, foram colocados avisos educativos em todos os setores, para que luzes e equipamentos sejam desligados ao término do expediente.

| ENERGIA ELÉTRICA | | | |
|------------------|--------------|----------|-------|
| MÊS | VALOR | MÊS | VALOR |
| JANEIRO | R\$ 4.632,86 | JULHO | |
| FEVEREIRO | R\$ 5.298,24 | AGOSTO | |
| MARÇO | R\$5.272,02 | SETEMBRO | |
| ABRIL | R\$5.206,23 | OUTUBRO | |
| MAIO | R\$ 5.209,57 | NOVEMBRO | |
| JUNHO | R\$5.234,73 | DEZEMBRO | |



ESTADO DA BAHIA
CÂMARA MUNICIPAL DE SIMÕES FILHO
CONTROLADORIA INTERNA

III. INTERNET

A Câmara possui contrato para uso de conexão à internet com link dedicado.

| INTERNET | | | |
|-----------|------------|----------|-------|
| MÊS | VALOR | MÊS | VALOR |
| JANEIRO | R\$ 674,47 | JULHO | |
| FEVEREIRO | R\$ 925,70 | AGOSTO | |
| MARÇO | R\$925,70 | SETEMBRO | |
| ABRIL | R\$925,70 | OUTUBRO | |
| MAIO | R\$925,70 | NOVEMBRO | |
| JUNHO | R\$925,70 | DEZEMBRO | |

IV. TELEFONIA

A **Resolução nº 002/2019** dispõe sobre as regras de utilização do sistema de telefonia móvel para a Câmara.

Através de um sistema central, tipo PABX, controlamos o uso a fim de minimizar gastos com telefonia fixa. As linhas telefônicas existentes passaram a ter uso limitado, permitindo-se apenas ligações locais para fixo e todos interurbanos e ligações para celulares, são realizados obrigatoriamente pelas telefonistas e alguns ramais de serviços contínuos.

| TELEFONIA FIXA | | TELEFONIA MÓVEL | |
|----------------|--------------|-----------------|--------------|
| MÊS | VALOR | MÊS | VALOR |
| JANEIRO | R\$ 994,28 | JANEIRO | R\$ 2.415,04 |
| FEVEREIRO | R\$ 1.200,29 | FEVEREIRO | R\$ 2.331,26 |
| MARÇO | R\$1.144,14 | MARÇO | R\$2.135,01 |
| ABRIL | R\$ 945,92 | ABRIL | R\$2.462,38 |
| MAIO | R\$ 1.018,17 | MAIO | R\$ 2.397,73 |
| JUNHO | R\$ 878,98 | JUNHO | R\$ 2.324,47 |
| JULHO | | JULHO | |
| AGOSTO | | AGOSTO | |
| SETEMBRO | | SETEMBRO | |
| OUTUBRO | | OUTUBRO | |
| NOVEMBRO | | NOVEMBRO | |
| DEZEMBRO | | DEZEMBRO | |



15.2. SISTEMAS DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

A Câmara Municipal de Simões Filho, está utilizando Sistemas de Gestão de Compras, Almoxarifado, Patrimônio e Protocolo, realizando o controle das solicitações de despesas, compras diretas, licitações em suas diversas modalidades, recebimentos de mercadorias e serviços, estoque de mercadoria no almoxarifado, patrimônio imobilizado e contratos.

16. RELATORIO DE ATIVIDADES DO CONTROLE INTERNO

No mês em análise foram realizados pela Controladoria os seguintes trabalhos:

16.1. ANÁLISE DO SISTEMAS DE CONTROLE E INSPEÇÃO DE DOCUMENTOS

O Controle Interno vem atendendo aos procedimentos e as atividades de controle desenvolvidas no âmbito do Legislativo, em consonância com a Resolução nº 1.120/05 e aos limites legais impostos pela Constituição Federal e a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Com a aprovação do Projeto de Resolução para regulamentação do Sistema de Controle Interno no âmbito do Poder Legislativo e definição de responsabilidades do CI, ou seja, o Ato de Regulamentação da Lei do Sistema de Controle Interno no âmbito do poder Legislativo. A referida resolução conteve emendas propostas pelos Edis, e por este motivo ainda não foi publicada.

Os resultados das ações de controle têm sido obtidos, principalmente, mediante o direcionamento e fiscalização do trabalho realizado diariamente e através da cooperação de todos os setores envolvidos nos processos.

A seguir, encontram-se as informações acerca das atividades do Sistema de Controle.

16.2. AÇÕES DO CONTROLE INTERNO

16.2.1. Inspeção de Documentos

Como Órgão preventivo, é dever do Controle Interno notificar ao Gestor das falhas detectadas em sua administração e solicitar justificativa e os devidos acertos. O Controle Interno tem atuado através da sistemática de informar e fazer recomendações administrativas, visando a prevenir riscos, sanar inconformidades e deficiências administrativas detectadas. Em quase sua totalidade, as falhas notificadas foram sanadas.



ESTADO DA BAHIA
CÂMARA MUNICIPAL DE SIMÕES FILHO
CONTROLADORIA INTERNA

O Controle Interno vem desenvolvendo suas atividades através da orientação e prestação de informações visando o pleno atendimento das normas legais e atuando através da sistemática de fazer recomendações administrativas informais e formais, visando sanar irregularidades ou deficiências administrativas detectadas procurando atender a legislação vigente. O Controle Interno emite Alertas, Pareceres, Notificações Recomendatórias relacionados as não conformidades detectadas através da análise e acompanhamento dos processos, além da emissão de Relatórios contendo o resultado do desempenho orçamentário e financeiro da gestão.

No mês o Controle Interno emitiu os seguintes documentos para os setores da Câmara Municipal:

- i. **PARECER CONTROLADORIA:** 06 (seis) pareceres relativos a processos administrativos de Dispensa de Licitação e Termos Aditivos Contratuais.
- ii. **COMUNICAÇÃO INTERNA:** 04 (quatro) Comunicações Internas para Edis, Diretoria Financeira e Administrativa versando sobre os seguintes temas:
 - ✓ Disponibilidade de caixa.
 - ✓ Distorções de saldos financeiros dos contratos e estoque de material de consumo.
 - ✓ Atraso no envio de mapa de quilometragem dos veículos e comprovantes de abastecimento.

16.2.2. Portal da Transparência

Conforme estabelece o art. 48-A da LRF, incluído pelo art. 2º da Lei Complementar nº 131 de 27/05/2009, os municípios disponibilizarão a qualquer pessoa física ou jurídica o acesso às informações referentes a:

I – despesa: todos os atos praticados pelas unidades gestoras no decorrer da execução da despesa, no momento de sua realização, com a disponibilização mínima dos dados referentes ao número do correspondente processo, ao bem fornecido ou ao serviço prestado, à pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento e, quando for o caso, ao procedimento licitatório realizado;

II – receita: o lançamento e o recebimento de toda a receita das unidades gestoras, inclusive referente a recursos extraordinários. Analisando-se o sítio oficial da Câmara, verifica-se que estas informações foram divulgadas.



ESTADO DA BAHIA
CÂMARA MUNICIPAL DE SIMÕES FILHO
CONTROLADORIA INTERNA

- i. As publicações oficiais do Poder Legislativo estão no endereço eletrônico: <https://camarasimoesfilho.ba.gov.br/transparencia/>
- ii. Todos os documentos relativos aos atos da administração estão sendo publicados no Portal da Câmara e da Transparência: processos licitatórios e processos de compras na íntegra, empenhos, processos de compras diretas, contratos, atos, legislação, etc.

Contabilidade/Financeiro

- i. **Execução Orçamentária:** Verificação de atendimento as autorizações dadas pela Lei Orçamentária Anual, com levantamentos específicos da execução orçamentária, em análise as demonstrações contábeis, visando evidenciar a legalidade da execução do orçamento da Câmara Municipal, por meio das inspeções realizadas. Sendo comprovada regularidade na execução orçamentária estando de acordo com as autorizações da Lei Orçamentária Anual, no cumprimento das dotações fixadas no orçamento, limites de execução para os valores de empenhos, liquidações e pagamentos e observação dos saldos a pagar.
- ii. **Publicidade dos Decretos:** Demonstração da publicidade dos Decretos do Poder Executivo que autorizaram as alterações orçamentárias por meio de suplementação por anulação de dotações.
- iii. **Duodécimo:** Verificação da legalidade do repasse do duodécimo realizado pelo Executivo Municipal ao Legislativo para cumprimento do Artigo 29-A da Constituição Federal, que dispõe sobre “o total da despesa do Poder Legislativo Municipal, incluídos os subsídios dos Vereadores e excluídos os gastos com inativos, não poderá ultrapassar os seguintes percentuais, relativos ao somatório da receita tributária e das transferências previstas no § 5º do art. 153 e nos arts. 158 e 159, efetivamente realizado no exercício anterior”, no caso o Município de Simões Filho, Bahia, se enquadra no Inciso II, do Artigo 29-A, que define 6% para municípios com população entre 100.000 (cem mil) e 300.000 (trezentos mil) habitantes.
- iv. **Comprovação da regularidade no cumprimento do Artigo 29, Inciso VII, da Constituição Federal:** evidenciado pela análise do demonstrativo da receita orçamentária fornecido pelo Executivo Municipal em confronto com a identificação



ESTADO DA BAHIA
CÂMARA MUNICIPAL DE SIMÕES FILHO
CONTROLADORIA INTERNA

das importâncias pagas aos vereadores, a título de subsídios, estando o limite Constitucional em **0,84%** sobre a receita do município, dentro do limite legal de 5%, conforme demonstração da planilha acima.

- v. **Comprovação da regularidade no cumprimento do Artigo 29, parágrafo 1º, da Constituição Federal:** demonstrado pelo acompanhamento da folha de pagamento dos servidores e vereadores, tendo em vista do limite constitucional de 70% sobre os recebimentos de duodécimos. A despesa com folha de pagamento, incluindo subsídios dos vereadores alcançaram o limite de **63,19%** sobre o valor repassado, incluindo licença prêmio, férias e verbas rescisórias sem levar em consideração os gastos patronais.
- vi. **Comprovação na verificação dos Relatórios de Gestão Fiscal,** com base no Artigo 55 da Lei de Responsabilidade Fiscal – Lei Complementar nº 101/2000, por meio das análises específicas de conteúdo do RGF, com fins de atestar o atendimento a regra legal, com base nas informações contábeis, além de acompanhar o cumprimento de sua publicidade dentro dos prazos da lei.
- vii. **Informações contábeis:** os balancetes orçamentários e financeiros foram encaminhados para consolidação na Contabilidade do Município, através de ofício. As operações financeiras e orçamentárias, observam, em relação ao disposto no Capítulo II, do Título IX da Lei Federal nº.4.320/64, que foram escrituradas em conformidade com as normas aí previstas e com observância dos princípios fundamentais de contabilidade, aplicáveis à espécie, pois:
- a) a despesa orçamentária conteve-se no limite dos créditos e em nenhum momento, durante a execução, excedeu o montante autorizado;
 - b) os gastos efetuados guardaram conformidade com a classificação funcional programática da Lei Federal nº 4.320/64 e Portarias Ministeriais;
 - c) ficou caracterizada a observância às fases da Despesa estabelecidas nos Artigos 60, 63 e 64 da Lei Federal nº 4.320/64;
 - d) as notas de empenhos e ordens de pagamentos estão acompanhadas de documentação comprobatória hábil;
 - e) no controle contábil das operações financeiras extra orçamentárias não foi constatada nenhuma irregularidade;
 - f) conferência dos saldos dos demonstrativos contábeis, tais como: Razão das Contas, Demonstrativo de movimento do mês, Demonstrativo de Duodécimos e Despesa da Execução orçamentária, Balancete Analítico e



ESTADO DA BAHIA
CÂMARA MUNICIPAL DE SIMÕES FILHO
CONTROLADORIA INTERNA

outros relatórios, tanto do programa de contabilidade, quanto àqueles emitidos pelo SIGA/TCM.

- viii. **Documentação:** a documentação apresentada devidamente ordenada em ordem cronológica (EMPENHOS, LIQUIDAÇÃO E PAGAMENTOS), constando todos os documentos e que se encontra em condições de ser examinada pela 1ª IRCE — Inspeção do Tribunal de Contas dos Municípios, cumprindo o que determina a Resolução do TCM nº. 1060/05.
- ix. **Conservação do Processo Eletrônico:** os documentos e processos eletrônicos constantes da base de dados corporativa estão sendo armazenados em equipamentos e mídias permitindo acesso com celeridade compatível com as necessidades institucionais do Tribunal de Contas do Estado da Bahia. (Art. 26 da Resolução TCM nº 1338/15).
- x. **Declaração de Habilitação Profissional:** os Demonstrativos Contábeis foram assinados por Contabilista devidamente habilitado, constando dos autos a Certidão de Regularidade Profissional, em atendimento à Resolução nº 1.402/ 12, do Conselho Federal de Contabilidade.
- xi. **Análise das retenções e contribuições previdenciárias:** sendo verificado que foram registradas contabilmente de forma individualizada em contas específicas no fluxo orçamentário e extra orçamentário de acordo com sua natureza.

16.2.3. Licitações e Compras Diretas

- i. **Inspeções:** O trabalho conjunto da Controladoria Interna e dos membros da Comissão de Licitação possibilita um maior rigor na observância dos ditames das Leis 8.666/93 e 10.520/02, as diversas etapas exigidas para a realização dos Processos Licitatórios estão sendo cumpridas com maior eficácia, precisão e desenvoltura.
- ii. **Comissões:** A Comissão de Licitação para o período de 2020 foi instituída por meio da Portaria nº 001 de 6 de janeiro de 2020 e a Portaria de nº 025 de 06 de janeiro de 2020 institui Pregoeiro e Equipe de Apoio; A investidura dos membros da comissão permanente de licitação não excedeu a 1 (um) ano, e não houve recondução da totalidade dos membros para o período subsequente.



ESTADO DA BAHIA
CÂMARA MUNICIPAL DE SIMÕES FILHO
CONTROLADORIA INTERNA

- iii. **Legalidade dos Atos:** houve comprovação da legalidade dos atos praticados em conformidade com a Lei Federal nº 8.666/93, Lei Federal nº 10.520/2002, além de verificações para cumprimento da Lei Complementar nº 123/2006, que trata de micro e pequenas empresas para participação e tratamento diferenciado em licitações públicas.
- iv. **Análise do Controle Interno:** todas as despesas do Poder Legislativo foram analisadas pela controladoria, são precedidas do tipo de Licitação adequado ou se for o caso, é feito o processo de Dispensa, autorizado pela autoridade competente, todos com o Parecer Conclusivo emitido pela Procuradoria Jurídica e exame e emissão Parecer Técnico do Controle Interno, e resumos dos extratos publicados no site: <http://portaldatransparencia.com.br/camara/simoesfilho/>
- v. **Processos Licitatórios:** foi verificada a existência de solicitação formal, emitida pelos setores que necessitavam da aquisição de bens ou serviços; foi verificada a existência de pareceres emitidos pelo responsável pelo setor Contábil, sobre as disponibilidades de dotação nas correspondentes rubricas a serem utilizadas nas licitações; com relação aos editais elaborados, não foi verificada a inexistência de cláusulas restritivas, que viessem a frustrar o caráter competitivo dos processos licitatórios, tais como preferências de marcas, características exclusivas de produtos e/ou serviços, distinções de sede ou domicílio e etc.; as minutas dos editais de licitação foram previamente examinadas pela Procuradoria Jurídica da Câmara; verificou-se que o editais das licitações continham todas as informações básicas exigidas pela Lei 8.666/93; foi verificada nos editais, a exigência de que os participantes apresentassem a documentação prevista na Lei 8.666/93, para comprovação da habilitação jurídica, qualificação técnica e econômico-financeira e também regularidade fiscal; foi verificada a existência de cópias dos editais para divulgação e fornecimento aos interessados, bem como a sua disponibilização no site da Câmara; foi verificado em anexo aos editais, a minuta do contrato a ser firmado e o Termo de Referência.
- vi. **Publicidade:** a verificação das publicidades dos processos licitatórios se deu por meio da divulgação em jornal de grande circulação do Estado, disponibilidade por mural, e publicações oficiais no endereço eletrônico: <https://camarasimoesfilho.ba.gov.br/transparencia/>
- vii. **Compras Diretas:** houve processo de compras, destaca-se que a deliberação acerca das contratações diretas é de competência do gestor que poderá ou não aprovar o pedido do setor solicitante.



- viii. **Planejamento:** quanto ao levantamento das necessidades da Administração, para efeito de aquisição, verificou-se o planejamento pela Diretoria Administrativa de forma a evitar o parcelamento das contratações. Constatado o levantamento de todos os materiais de consumo e de expediente para aquisição no exercício.

16.2.4. Contratos Administrativos

- i. **Legalidade dos atos:** verificação dos aditivos de contratos administrativos para comprovação da legalidade dos atos praticados em conformidade com a Lei Federal nº 8.666/93; verificação do caráter de continuidade dos serviços para a possibilidade de prolongamento dos prazos de vigência; verificação da aprovação do orçamento para atender as dotações orçamentárias da despesa para o ano seguinte; todos os contratos formalizados pela administração estão de acordo com os preceitos da Lei de Licitações e Contratos Administrativos, Lei 8666/93; todos os Contratos e Termos Aditivos estão acompanhados de Parecer Jurídico e do Controle Interno.
- ii. **Fiscais de Contratos:** todos os contratos possuem fiscais, devidamente nomeados em atendimento ao artigo nº 67 da Lei Federal 8.666/93.
- iii. **Gestão de contratos:** a administração utiliza software específico para as requisições de compras e acompanhamento dos contratos além de ter um Servidor nomeado para Gestor de Contratos Administrativos através da Portaria de nº 018/2020.
- iv. **Controle execução financeira e de prazo:** existência de acompanhamento dos contratos celebrados pela administração no que tange à vigência e pagamento de parcelas.
- v. **Não conformidades:** todas as não conformidades identificadas na execução dos contratos e inobservância de normativos pelos servidores estão sendo informadas, através de Comunicação Interna para a Diretoria Administrativa e Procuradoria.

16.2.5. Almoxarifado e Patrimônio

- i. **Controle de Estoque:** sendo verificado que o registro das entradas e saídas dos materiais de consumo são realizados através de software de gestão.



- ii. **Patrimônio:** O Controle Patrimonial da Câmara Municipal encontra-se sobre controle apropriado, em sistema informatizado, evidenciado no inventário patrimonial contendo: número de tomo, descrição, situação física, quantidade, valor unitário e valor total. Constatado que existe devidamente constituída uma Comissão de Avaliação de Bens Móveis e Imóveis.

16.2.6. Recursos Humanos

- i. **Pagamentos e contribuições/retenções:** Não foi verificado o pagamento a pessoa física prestadora de serviços; Os índices de retenções de INSS, IRRF e etc, efetuados sobre as remunerações dos servidores, estão de acordo com a legislação correlata, e os respectivos recolhimentos foram sempre realizados de acordo com os prazos legais; O pagamento de vantagens e benefícios, como gratificações, adicionais, auxílio-alimentação e outros estiveram de acordo com as condições legais e normativas; A contribuição patronal e previdenciária foi devidamente empenhada para pagamento no mês de julho.
- ii. **Capacitação de Servidores:** Permanece a recomendação para capacitação continuada como meio de aperfeiçoamento das pessoas ligadas a administração da Câmara, ferramenta indispensável para o bom funcionamento da gestão pública.
- iii. **Comissões:** constatado o estabelecimento da Comissão Permanente de Avaliação de Estágio Probatório, Promoções e Progressões dos Servidores, e por orientação do Controle Interno foi estabelecida uma Comissão de Análise de Acúmulo de Cargos, formada por Servidores da Administração (Coordenadoria de Recursos Humanos), Procuradoria e Diretoria Financeira (Contabilidade), que deverá ter a responsabilidade pelo controle, análise e emissão de parecer quanto ao estabelecido nos artigos 37º e 38º da Constituição Federal.

17. NOTIFICAÇÕES MENSAS DO TCM

As atividades de acompanhamento das notificações do TCM, por esta Controladoria, tiveram por base todas as ocorrências relatadas nas **notificações mensais** referentes aos 3 (três) quadrimestres de 2019 pela 1º Inspeção Regional do Tribunal de Contas dos Municípios da Bahia, sendo apuradas e corrigidas as situações dos achados descritos no Relatório / Notificação do TCM.



ESTADO DA BAHIA
CÂMARA MUNICIPAL DE SIMÕES FILHO
CONTROLADORIA INTERNA

A cientificação do exercício de 2019 foi recebida por esta Casa Legislativa, e as irregularidades apontadas deverão ser objeto de análise e correção.

18. SESSÕES DO LEGISLATIVO

No mês de **junho** ocorreram 4 (quatro) Sessões Ordinárias do 4º ano da 14ª Legislatura.

19. CONCLUSÃO

O presente relatório foi elaborado de acordo ao que dispõe a Resolução nº. 1.120/05 e Art. 15 da Lei Municipal nº. 1005/2016, neste documento estão descritas as ações ocorridas e também o planejamento para o exercício em curso visando atender os princípios que regem a administração pública como o controle e a transparência.

O Controle interno de modo conjunto com o corpo administrativo desta casa legislativa vem a cada dia desenvolvendo ações com vistas a aprimorar e aperfeiçoar os trabalhos do órgão em concordância as normas e as observações do TCM/Ba.

Realizamos o exame das receitas, despesas, contratos, e demais atos praticados pela Câmara Municipal, com a finalidade de verificar a regularidade da execução orçamentária, financeira, patrimonial e operacional deste Ente. Os registros e documentos examinados traduzem adequadamente a execução, de responsabilidade do gestor, desta forma, concluímos que o Poder Legislativo, de uma forma geral atendeu aos requisitos da gestão fiscal, administrando seus gastos e mantendo o equilíbrio financeiro, apresentando percentuais de aplicação dentro dos limites legais.

Considerando que não foram detectadas irregularidades, emitimos parecer favorável a documentação mensal de receita e despesa do mês de **junho** e atestamos que a documentação foi devidamente analisada por parte da Controladoria do Poder Legislativo.

É o relatório e parecer.

Simões Filho, 14 de julho de 2020.

Solange Ferreira Rocha
Controlador Interno da Câmara Municipal
ATO ADMINISTRATIVO Nº 001/2019